



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1018295-97.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Civil de Improbidade Administrativa - Improbidade administrativa**
 Requerente: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**
 Requerido: **SHEYLA DE SOUZA LIMA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa, proposta pelo **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** contra **SHEYLA DE SOUZA LIMA**, funcionária pública Municipal (professora), sob o fundamento de que, por duas vezes, valeu-se de atestados médicos falsos para receber seus proventos sem prestar os serviços a que estava obrigada. Requer, então, a sua condenação a ressarcir ao erário o valor de R\$1.644,78 por ela recebido, sem a respectiva prestação do serviço público durante o período indicado na inicial, bem como multa civil no montante de R\$10.485,00, que representa 05 vezes a última remuneração por ela percebida e proibição de contratar com o poder público municipal por período não inferior a 03 anos.

Notificada (fl. 251), a requerida não apresentou defesa preliminar (fl. 253).

Pela Decisão de fls. 254, a inicial foi recebida, tendo sido determinada a citação de Sheyla de Souza Lima.

Citada pessoalmente (fl. 264), a requerida deixou transcorrer "*in albis*" o prazo para apresentar contestação (fl. 265).

Às fls. 274/276, requereu o Município de São Carlos o reconhecimento dos efeitos materiais da revelia, quanto à matéria fática, reiterando a procedência do pedido.

O Ministério Público manifestou-se às fls. 281/285, opinando pela

1018295-97.2015.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

procedência do pedido de condenação da requerida por ato de improbidade administrativa, nos termos requeridos pelo Município de São Carlos.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O feito prescinde de outras provas. Assim, passo ao julgamento da lide no estado em que se encontra (Art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil).

A requerida foi pessoalmente citada (fl. 264), mas deixou transcorrer “*in albis*” o prazo para resposta (fls. 265), configurando o instituto processual da revelia, cujos efeitos implicam admissão da veracidade dos fatos alegados pelo autor, a teor do que dispõe o art. 344, do mesmo diploma processual citado.

Ademais, os documentos trazidos aos autos pelo Município de São Carlos demonstram que a requerida, na condição de servidora pública municipal (professora), em duas oportunidades, fez uso de documentos falsos (atestados médicos) a fim de justificar faltas ao trabalho, conforme demonstrado a fls. 113 e 133.

Em relação ao primeiro atestado, supostamente assinado e carimbado pelo médico, Dr. Rodrigo Borgo, datado de 01/09/2014, concedendo à servidora pública o período de sete dias de afastamento do trabalho a contar da data em que teria sido, assinado e carimbado, restou comprovado que ele não a atendeu, no dia apontado no atestado, pois, ouvido no procedimento administrativo, declarou que:

(...)Mostrado ao depoente os atestados de fls. 05 e 06 e indagado se reconhece os mesmos como sendo de sua autoria. Respondeu que o atestado de fls. 05 foi formalizado por ele mesmo, no entanto o de fls. 06 não foi nem preenchido e carimbado por ele. Perguntado ao depoente se o atestado de fls. 06 pode ser original. O depoente taxativamente respondeu que não, que grosseiramente percebe-se pelo tamanho, formato, e qualidade de impressão, possivelmente trata-se de uma xerox colorida. Perguntado ao depoente se reconhece a letra e de preenchimento do atestado de fls. 06. Respondeu que conforme mencionado acima, não é de sua autoria, e que o carimbo e assinatura não são seus acreditando que o documento seja falsificado. Perguntado ao depoente se poderia confirmar o CID de fl. 05 Z00.0 do Código Internacional de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Doenças CID-10, disse que trata-se do CID de consulta médica, realmente. Sobre o CID de fls. 06, está com CID H01.0, no entanto o mesmo não corresponde a patologia informada, conjuntivite, conforme consta no atestado".

Nayara Sundermann, gerente da Clínica Médica São Carlos Ltda, foi clara ao afirmar que "o médico não atende nesta data 01/09/2014 "(fl. 115).

Já em relação ao segundo atestado (fl.133), datado de 23/9/2013, concedendo à servidora pública o período de sete dias de afastamento do trabalho a contar da data em que teria sido, supostamente, assinado e carimbado, pelo médico Dr. Orlando Munhoz Filho, referido profissional também foi ouvido, tendo declarado que:

" (...) Mostrado ao depoente o atestado de fls. 24b e indagado se reconhece o mesmo como sendo de sua autoria. Respondeu que não, pois não é sua assinatura e que a letra também é totalmente diferente da sua. Também foi mostrado ao depoente o atestado em branco de fls. 27b entregue pela clínica da família, e após a comparação dos dois, o mesmo percebeu que o tamanho destes era totalmente diferente e que aparentemente o que consta sua assinatura falsificada foi xerocado ou fotocopiado. Acrescenta que o atestado em branco entregue pela clinica da familia é documento formalizado por gráfica" (fls. 148).

Pois bem.

A Constituição Federal consagrou os princípios da administração pública, estabelecendo no artigo 37 a obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A requerida, ao apresentar os atestados médicos falsificados à Administração Pública, para receber seus vencimentos sem trabalhar, desrespeitou os princípios da moralidade, eficiência e economicidade.

A má-fé e o dolo estão configurados nos atos praticados, pois ela tinha ciência da vantagem que iria auferir, e da ilicitude de seus atos.

Neste sentido já decidiu o E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

Improbidade administrativa. Professora da rede pública estadual. Uso de atestados médicos falsificados para justificar faltas e não haver desconto de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

vencimentos. Ato ilícito configurado. Ré confessa. Princípio da insignificância inaplicável ao caso. Recurso desprovido. Adequação das penas. Recurso provido em parte. (TJSP; Apelação 0005927-95.2009.8.26.0271; Relator (a): Borelli Thomaz; Órgão Julgador: 11ª Câmara Extraordinária de Direito Público; Foro de Itapevi - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 10/10/2017; Data de Registro: 23/10/2017).

APELAÇÃO - Ação Civil Pública - Improbidade administrativa - Professora de Educação Básica - Uso de atestados médicos falsos para encobrir faltas no serviço - Dolo comprovado nos autos, em linha de concordância com a correlata condenação no âmbito da Justiça Criminal - Princípio da insignificância inaplicável à espécie - Alegação de desequilíbrio de fundo emocional momentâneo que não elide a gravidade do ato praticado, mesmo que verificado o caráter pueril da motivação - Improbidade configurada - Realinhamento das sanções aplicadas, em atenção à gravidade dos fatos aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade - Sentença de procedência reformada em parte, somente para a adequação da pena censória - APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (TJSP; Apelação 0000335-31.2014.8.26.0486; Relator (a): Vicente de Abreu Amadei; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Foro de Quatá - Vara Única; Data do Julgamento: 20/10/2015; Data de Registro: 23/10/2015).

De acordo com o artigo 11 da Lei 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições.

O responsável pelo ato de improbidade está sujeito às penas previstas no artigo 12 da referida Lei, in verbis:

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fatos:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(...)

III na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 3 (três) a 5 (cinco) anos, pagamento de multa civil de até 100 (cem) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 3 (três) anos.

Passo ao exame das sanções aplicáveis.

Considerando a gravidade do fato, pois o uso dos atestados falsos se deu em prejuízo da Administração Pública, bem como a extensão do dano e o proveito patrimonial da requerida, que recebeu sem trabalhar, necessário se mostra o ressarcimento integral do dano, o pagamento de multa civil fixada em duas vezes o valor da remuneração percebida pela autora e a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 3 (três) anos.

Ante o exposto, **JULGO EXTINTO** o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido para declarar a responsabilidade de Sheyla de Souza Lima pelos fatos que lhe foram imputados, bem como condená-la: a) a devolver ao erário o valor de R\$1.644,78 por ela recebido sem a respectiva prestação do serviço público durante o período indicado na inicial, devidamente atualizado pela correção monetária, tomando-se por base a efetiva data do pagamento (Súmula 43 do STJ), com incidência de juros legais desde a citação; b) ao pagamento de multa civil fixada em duas vezes o valor da remuneração percebida por ela; e c) à proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

sócia majoritária, pelo prazo de 3 (três) anos.

Sucumbente, arcará a requerida com o pagamento das custas e despesas processuais.

As sanções vigorarão a partir do trânsito em julgado.

P. I.

São Carlos, 16 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**